



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**

**ELIZÂNGELA DE SOUSA BARROS**  
**LETICIA MEDEIROS FREITAS**

**JOVENS NO CEA (CENTRO EDUCACIONAL DO ADOLESCENTE): retratos de**  
vulnerabilidade social.

**JOÃO PESSOA - PB**

**ELIZÂNGELA DE SOUSA BARROS**  
**LETICIA MEDEIROS FREITAS**

**JOVENS NO CEA (CENTRO EDUCACIONAL DO ADOLESCENTE):** retratos de vulnerabilidade social.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Pedagogia plena – Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

**Orientadora:** Professora Dr<sup>a</sup>. Nádia Jane de Sousa

JOÃO PESSOA - PB

**B277j Barros, Elizângela de Sousa.**

**Jovens no CEA (Centro Educacional do Adolescente): retratos da vulnerabilidade social /  
Elizângela de Sousa Barros, Leticia Medeiros Freitas. – João Pessoa: UFPB, 2014.**

**50f.**

**Orientador: Nádia Jane de Sousa**

**Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE**

**1. Ato infracional. 2. CEA. 3. Escola. I. Freitas, Leticia Medeiros. II. Título.**

**UFPB/CE/BS**

**CDU: 376 (043.2)**

ELIZÂNGELA DE SOUSA BARROS  
LETICIA MEDEIROS FREITAS

**JOVENS NO CEA (CENTRO EDUCACIONAL DO ADOLESCENTE): retratos de**  
vulnerabilidade social.

Aprovada em, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profª Drª Nádia Jane de Souza

**Orientadora**

---

Profª Ms. Laura Maria de Farias Brito

**Examinador**

---

Profº Drº Alexandre Magno Tavares da Silva

**Examinador convidado**

Nota: \_\_\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

## **DEDICÁTORIA**

Dedicamos este trabalho a todos os jovens que não tiveram oportunidade de conhecer o verdadeiro valor da educação em suas vidas, não restando a eles outra forma que não fosse praticar atos infracionais para sua sobrevivência, tornando-se vítimas da desigualdade social em nosso país.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente ao **Nosso Deus**, por ter nos dado força e fé durante esta caminhada, rumo ao sucesso. Um sonho tão esperado, uma conquista realizada.

Agradecemos aos nossos pais, pois contribuíram incondicional para a realização deste curso, na qual era um sonho de todos nós.

Aos nossos irmãos, pelo amor e paciência durante esta jornada com grandes tribulações.

As nossas amigas de curso, Ludmila Galdino, Luzimeire Merieles, Anyelle Lopes e Verônica da Silva que não hesitaram em corrigir-nos, quando necessário, dando-nos bons conselhos e proporcionando momentos incríveis.

À nossa orientadora Nádia Jane, que sempre esteve à disposição e ajudou-nos no que foi preciso para elaboração desta pesquisa.

A todos os profissionais que compõe o Centro Educacional do Adolescente – CEA/PB, pois sempre estiveram a disposição, contribuindo para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente, nos auxiliaram para a realização dessa pesquisa e a conclusão deste curso. A todos os amigos que se fossemos citar, o espaço seria pouco para tantos nomes de pessoas que são muito especiais em nossas vidas.

## RESUMO

BARROS, Elizângela de Sousa e FREITAS, Leticia Medeiros. JOVENS NO CEA (CENTRO EDUCACIONAL DO ADOLESCENTE): retratos de vulnerabilidade social. Monografia (Curso de Pedagogia). Centro de Educação/Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa – PB.

O presente estudo foi realizado com o objetivo principal de compreender quais os fatores que levam os adolescentes à prática do ato infracional, ou seja, a uma situação de vulnerabilidade social. Os sujeitos desta pesquisa são adolescentes que estão cumprindo medidas sócio educativas no CEA (Centro Educacional do Adolescente), da cidade de João Pessoa/PB. Assim, buscamos analisar situações de vulnerabilidade social a partir de relatos coletados dos adolescentes internos, destacando também as próprias concepções que estes sujeitos tem a respeito da escola, da família e da sociedade. Todo o trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa. Utilizamos como ferramenta metodológica o estudo de caso, por apresentar características que responde às expectativas desta pesquisa, visando uma melhor compreensão e desenvolvimento deste trabalho. Para coleta de dados utilizamos a entrevista semi-estruturada, pois esta ferramenta nos permite a aquisição de respostas com maior espontaneidade para que pudéssemos entender a história de vida dos sujeitos pesquisados, proporcionando-nos o acesso aos fatores de vulnerabilidade social que levaram adolescentes a prática dos atos infracionais. Desta forma, chegamos à conclusão de que estes indivíduos, não são apenas adolescentes autores de atos infratores, mas também são vítimas de situações vulneráveis, que contribuem para a prática desses atos, tendo uma inserção no mundo da criminalidade.

**Palavras – chaves:** Ato infracional, CEA, escola, família

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. JUVENTUDE E VULNERABILIDADE SOCIAL: RELAÇÃO DE MÚLTIPLAS DIMENSÕES.....	14
3. O JOVEM E AS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS: BREVE PERCURSO HISTÓRICO.....	22
4. CAMINHO METOLÓGICO.....	26
4.1 Caracterizando o Campo de Pesquisa.....	28
4.2 Sujeitos da Pesquisa.....	31
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	32
5.1 <b>Relatando</b> <b>Experiências.....</b>	<b>33</b>
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
7. REFERÊNCIAS.....	4



## 1. INTRODUÇÃO

São diversos fatores que levam jovens e adolescentes a cometer atos infracionais. De acordo com inúmeras estatísticas brasileiras, são inúmeros os índices relacionados à violência.

A criminalidade praticada por jovens e adolescentes, no território brasileiro, geralmente exibido pela imprensa, passa a incomodar a sociedade, uma vez que as taxas de violências mantêm altas nos últimos anos, evidenciando-se mecanismos fortes e claros de reprodução tanto das causas quanto das conseqüências dos conflitos vivenciados pela sociedade (Minayo, 1999).

Desse modo, é possível observar que as crianças e adolescentes, especificamente no Brasil, representam a parcela mais exposta às violações de direitos pela família, pelo Estado e pela própria sociedade. Exatamente ao contrário do que prega a nossa Constituição Federal e suas leis complementares (Volpi, 2008).

O país possui uma das piores distribuições de renda do mundo, tendo como conseqüência profundas desigualdades socioeconômicas, das quais as crianças, adolescentes e jovens são as maiores vítimas. Apresentam graves problemas educacionais, grandes desigualdades nas formas de adoecimentos e morte, além de sérios entraves nas questões de moradia, oportunidades de trabalho e lazer. Assim, esses jovens vivenciam e representam o *ser jovem* de formas marcadamente distintas, influenciados por diferentes inserções sociais que conduzem a oportunidades diferentes e seletivas de acesso a bens materiais e culturais (Minayo, 1999, p.17).

A vulnerabilidade social a que estão submetidos esses jovens e adolescentes esta atribuída a uma junção das precárias condições socioeconômicas, juntamente com a negação dos direitos inerentes à cidadania. Nesse sentido, a criminalidade é fruto da situação econômica que estão imersos esses jovens e passa a ser uma reposta ou forma ao ataque às desigualdades e injustiças sociais existentes.

O tema abordado nesse trabalho ainda não é tão discutido no curso de Pedagogia.

Compreendemos, entretanto, que a situação de risco social na qual estão inseridos nossos jovens e adolescentes é um fato que não pode passar despercebido por educadores em formação e pela sociedade. No entanto, esta situação requer um olhar e preocupação especial, pois estes indivíduos que convivem com a violência, como infrator e/ou vítima, têm seus direitos fundamentais ameaçados.

É importante destacar que o Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>1</sup> garante aos adolescentes autores de atos infracionais, direitos individuais, garantias processuais e maneiras diferenciadas de responderem pelos seus atos cometidos. Ou seja, o ECA institui medidas sócio-educativas como uma consequência a seus atos, proporcionando a responsabilização e a promoção, mediante a ação educativa, por entendê-los como indivíduos em desenvolvimento. Estas medidas sócio educativas, previstas no ECA, estão atribuídas a ações pedagógicas e são aplicadas através de programas específicos, em articulação com políticas públicas, para que estes sujeitos usufruam seus direitos enquanto cidadãos.

Segundo Abramovay (2002) são complexas as condições individuais/sociais que tornam os jovens e adolescentes vulneráveis à inserção na criminalidade, tais como: desigualdade social extrema onde muitas vezes o jovem não tem condições nem mesmo de satisfazer suas necessidades mais básicas; banalização da violência e da sexualidade; necessidade de encontrar um lugar de pertencimento, de identificação, de inserção em qualquer coisa que lhe dê uma identidade social; necessidade de satisfação imediata de desejos produzidos por uma sociedade capitalista totalmente voltada ao consumismo; falta de políticas públicas e privadas de inserção deles no mercado de trabalho, dentre outros aspectos.

Partindo das questões acima mencionadas, o interesse em tratar sobre jovens e adolescentes em risco de vulnerabilidade social como campo de pesquisa, surge

---

<sup>1</sup> No dia 13 de julho de 1990 foi sancionada a lei de N° 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. O ECA fundamenta-se na Doutrina da Proteção Integral, que por sua vez concebe as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos (Silva, 2011).

primeiramente durante o estágio no Tribunal de Justiça – Vara da Infância e Juventude (JP), no setor Psicossocial Infracional (2º vara) e durante o estágio na escola inserida do CEA. Algumas reflexões importantes sobre os adolescentes que estão cumprindo medida sócio-educativa no CEA nos despertaram o interesse de pesquisar e assim desenvolver este trabalho de conclusão de curso (TCC).

Dessa forma, a partir da vivência em uma realidade bastante complexa buscamos compreender que fatores contribuem para que jovens e adolescentes cometam atos infracionais. A partir de tal questão norteadora buscaremos compreender o adolescente e jovem em situação de vulnerabilidade social, bem como evidenciar os fatores que conduziram aos seus atos infracionais.

Nesse contexto, buscamos ouvir os próprios jovens e saber dos mesmos quais as relações esses indivíduos estabelecem com a família, a escola e a sociedade; Como entendem a escola, a família e a sociedade; a partir de seu ponto de vista, por que cometeram atos infracionais e quais suas expectativas para o futuro.

Pretendemos, portanto, atender às questões acima citadas, uma vez que o nosso objetivo geral é compreender o adolescente e jovem em situação de vulnerabilidade social, estando estes em cumprimento de medida sócio-educativa. Sendo assim, apresentamos alguns objetivos específicos para melhor compreensão do trabalho, sendo estes: Apontar a vulnerabilidade social como um dos motivos que conduzem os jovens e adolescentes a pratica de atos infracionais; Apresentar um breve percurso histórico de como vem sendo abordada a questão dos jovens adolescentes em cumprimento de medidas sócio educativas; Descrever o Centro Educacional do Adolescente (CEA), juntamente com a escola inserida dentro da instituição, mostrando assim, a estrutura física e as condições na qual se encontram os internos; Caracterizar o perfil do adolescente em cumprimento de medida sócio educativa.

Pretendemos assim, trazer, para o curso de Pedagogia, uma reflexão acerca da temática como uma forma de despertar os profissionais da área de educação em relação ao risco de vulnerabilidade na qual a maioria das crianças e adolescentes estão inseridos.

Para tanto, propomos no segundo capítulo uma breve reflexão sobre a relação entre a Juventude e a questão da vulnerabilidade social enquanto uma relação de

múltiplas dimensões, que tratará de alguns conceitos sobre vulnerabilidade social e criminalidade; mostraremos algumas estatísticas brasileiras sobre a criminalidade entre os adolescentes/jovens em nosso país, uma vez que tais questões têm conduzido os jovens e adolescentes a serem autores de atos infracionais. No capítulo seguinte faremos um breve percurso histórico, acerca de como as medidas sócio-educativas vem sendo abordadas em nosso país. Em seguida no capítulo IV apresentaremos o Caminho Metodológico, ou seja, anunciaremos a trajetória utilizada para alcançar nossos objetivos. Para tanto caracterizaremos o campo da pesquisa, o CEA, bem como os sujeitos da mesma, ou seja, os adolescentes com os quais mantivemos contato e realizamos as entrevistas, que serão analisadas e apresentadas no capítulo posterior a este.

Esperamos que este trabalho possa contribuir para uma maior compreensão a respeito do jovem e adolescente que vivem em situação de risco social e que cumprem medidas sócio-educativas, uma vez que esses adolescentes acabam sendo vítimas dos fatores que causam sua vulnerabilidade social, levando-os aos caminhos tortuosos da criminalidade.

## **2. JUVENTUDE E VULNERABILIDADE SOCIAL: RELAÇÃO DE MÚLTIPLAS DIMENSÕES**

A vulnerabilidade social está atribuída à ausência de bens materiais e imateriais, ou seja, indivíduos ou determinado grupo expostos a situações bruscas e significativas, que em muitos casos são provocados por eventos socioeconômicos, a ausência e disponibilidade de recursos e estratégias para que estes indivíduos enfrentem as dificuldades que lhes afetam (Silva, 2007). Nesse sentido, Abramovay (2002) acrescenta que,

O conceito de vulnerabilidade ao tratar da insegurança, incerteza e exposição a riscos provocados por eventos socioeconômicos ou ao não-acesso a insumos estratégicos apresenta uma visão integral sobre as condições de vida dos pobres, ao mesmo tempo em que considera a disponibilidade de recursos e estratégias para que estes indivíduos enfrentem as dificuldades que lhes afetam (ABRAMOVAY, 2002 p. 34 -35).

Compreendemos que a cidade sempre esteve num patamar de crescimento e inovação tecnológica e atraente para aqueles que buscam uma melhor condição de vida social, uma vez também, que a cidade busca oferecer melhores condições habitacionais, como, saneamento básico, educação e trabalho, enfim, acesso diferencial a informação e oportunidades, os serviços estão em maior quantidade, a lei da oferta e da procura cresce nas cidades. Entretanto, dentro da própria cidade há indivíduos ou grupos que enfrentam riscos e não dispõe destas condições habitacionais que podemos chamar de lugares vulneráveis.

A noção de território vulnerável ganha um sentido mais concreto, na medida em que falamos de lugares concentradores de condições sociais sistematicamente reprodutoras das desigualdades e da pobreza por nele prevalecerem condições desfavoráveis ao acesso e uso de recursos (Silva, 2007, apud RELATÓRIO OBSERVATÓRIO, 2005, p. 58)

A vulnerabilidade social está ligada, portanto, ao não acesso à educação, trabalho, saúde, lazer e cultura. A ausência destes insumos contribui para que os

indivíduos atuem na sociedade, aproveitando as ofertas oferecidas pelo Estado, pelo “mundo trabalhista” e pela própria sociedade (Abramovay, 2003).

Uma boa parte dos indivíduos que estão incluídos neste campo de vulnerabilidade social são os nossos jovens, devido a inúmeros fatores, como por exemplo, as más condições de sobrevivências e as condições socioeconômicas que provoca uma grande evasão escolar, o grande índice de ingresso no mundo da criminalidade, etc. Segundo Abramovay:

A situação de vulnerabilidade aliada às turbulentas condições socioeconômicas ocasiona uma grande tensão entre jovens que agrava, diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade. Ressalta-se que a violência embora, em muitos casos, associada à pobreza, não é sua consequência direta, mas sim da forma como as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos como os de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades de cada grupo social desencadeando comportamentos violentos.

Assumindo que os recursos à disposição do Estado e do mercado são insuficientes para, sozinhos, promoverem a superação da vulnerabilidade e de suas consequências, em particular a violência, advoga-se o fortalecimento do capital social intergrupar, através do aumento da participação e valorização das formas de organização e expressão do jovem, como estratégia de ação para envolver a sociedade e seus recursos na busca de soluções para o problema. (p. 03, 2003)

São muitas as consequências que levam os nossos jovens a uma situação de vulnerabilidade social, sendo uma delas o abandono por parte da família, a evasão escolar, a situação econômica, as más condições de sobrevivência e o ingresso no mundo da criminalidade. De acordo com Takeuti,

No Brasil, “produz-se” um grande contingente de indivíduos em condições de privação material, mas também, de *privação emocional*. Jovens das camadas pobres que se encontram ejetados do mercado de trabalho e de consumo, já nas suas infâncias, quando precocemente começam a “trabalhar” nas ruas (e nas minas e fábricas!), forçosamente expõem-se a um modo de vida de “altos riscos” e vêem-se “usurpados” de um quadro de relevância estável para poder afrontar os conflitos constitutivos do seu desenvolvimento emocional. Crianças e adolescentes em “situação de rua” compõem *naturalmente* o cenário atual do cotidiano das cidades brasileiras: são os assim denominados “meninos de rua” (não só crianças, mas também os jovens e adultos). É nesse segmento populacional juvenil que se encontram os indivíduos mais vulneráveis do ponto de vista sociopsicológico e com maiores pressões a incidirem num processo de (auto) destruição. (TAKEUTI, 2002, p.23).

A sociedade em muitas situações não oferece condições para o desenvolvimento educacional, profissional e social de jovens e adolescentes. Um dos fatores que pode exemplificar esta situação é o número de adolescentes que evadiram da escola e do sistema produtivo, e a ausência de modos de inserção social para nossa juventude, que contribuem para que nossos jovens e adolescentes entrem no mundo da criminalidade.

O nosso país (Brasil) tem uma enorme população significativa de jovem. Fez-se a previsão na década de 90 que nos anos de 2000 iria ter-se uma das maiores proporções de jovens na história demográfica brasileira. Sendo 20% da população total brasileira com faixa etária entre 15 a 24 anos, entretanto, 70% deles vivem em zona urbana, em busca de ensino e de trabalho. Infelizmente, dentro desta estatística há uma grande proporção de analfabetismo entre estes jovens (TAKEUTI, 2002). TAKEUTI afirma que:

Segundo dados do IBGE (1995), apenas um de cinco jovens consegue cumprir a trajetória escolar. Tal cenário está distante de ser apagado no horizonte, a curto e médio prazos, quando levamos em conta o “insuficientemente acesso aos recursos sociais, baixos índices de educação e qualificação para o trabalho, uma interrupção precoce para o trabalho, uma interrupção precoce para adolescência e [também] um risco mais alto de se sofrer uma morte mais violenta” (2002, p.23).

Entre 1980 e 1995, no Brasil, a criminalidade entre os jovens de faixa etária de 15-24 anos é de alta relevância, entretanto, podendo os mesmos serem vítimas ou os próprios agentes destas ações criminosas (TAKEUTI, 2002). Infelizmente, em nossos dias atuais esta taxa de criminalidade está em crescimento, pois os nossos jovens estão ocupando gradativamente os espaços nas matérias de imprensa cotidiana, como jornais, televisão, revistas, internet e etc.. No entanto, as delinquências juvenis são uma reação do processo histórico e social na qual estes jovens estão inseridos. Em 17 de Julho de 2013, foi postado no Portal Destaques, Notícias, Notícias/Últimas que:

Vários estudos apresentam o Brasil como um dos países mais violentos do mundo. Os levantamentos mostram que a cada ano mais de 53 mil pessoas são assassinadas, outras 54 mil morrem em acidentes, inclusive os de trânsito, nove mil se suicidam e 10 mil são fatalmente vitimados de forma violenta sem que o Estado consiga definir a causa do óbito. Todos os levantamentos apontam como principal vítima o jovem pobre, periférico e na maioria das vezes preto. Como mostra o Mapa da Violência de 2012, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que coloca o Brasil no vergonhoso quarto lugar entre as maiores taxas de homicídios contra

crianças e adolescentes de até 19 anos, entre quase 100 países pesquisados. O estudo do Instituto de Economia Aplicada (Ipea) aponta que a morte prematura de jovens devido às violências custa ao país cerca de R\$ 79 bilhões a cada ano. Nos poucos casos em que o jovem é perpetrador da violência, a mídia amplifica o acontecimento, principalmente quando o envolvido tem menos de 18 anos. E ignora o fato de que na maioria dos casos, o jovem tem sido a maior vítima da violência. Como porta-voz de setores reacionários da sociedade, a mídia deseja punição e vingança para abarrotar mais ainda as prisões brasileiras, num sistema prisional que não recupera ninguém. Levantamento do IBGE aponta que em 2011 os adolescentes brasileiros eram pouco mais de 20 milhões e que menos de 1%, 19 mil (0,07%) estavam cumprindo medidas socioeducativas, como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – que no sábado (13) comemorou 23 anos de vigência -, segundo a Secretaria dos Direitos Humanos (SDH). O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), divulgado o ano passado, mostra que de 2002 a 2011 o número de homicídios entre menores de idade caiu de 14,9% para 8,4%. Os latrocínios diminuíram de 5,5% para 1,9%, os estupros foram reduzidos de 3,3% para 1% e lesão corporal caíram de 2,2% para 1,3%. A maioria das infrações cometidas por adolescentes acontecem contra o patrimônio (38%) e no tráfico de drogas (26,6%). Retirado de: <<http://ujs.org.br/index.php/noticias/vempruarua-contra-a-matanca-de-jovens-no-brasil/>>

Infelizmente são inúmeros fatores que levam os nossos jovens e adolescentes a praticarem atos infracionais em nosso país, no entanto, uma grande maioria destes adolescentes deixa de ser autores de atos infracionais e passam a ser vítimas diante destas situações, pois, se deparam com cobranças e realidades sociais e culturais, como por exemplo, o comprometimento com o mercado de trabalho, a “obrigatoriedade” de não decepcionar seus familiares, o desajustamento familiar, as enormes desigualdades raciais, econômicas e sociais, o apelo às drogas dentre outros tantos fatores.

A adolescência, de acordo com os critérios adotados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS), é o período da vida dos 12 aos 18 anos. Já a juventude é caracterizada como intervalo de 15-29 anos.

Deste modo, observamos que ao longo da vida existe um “jogo”, onde os fatores de risco e de proteção encontram-se em constante confronto com a realidade social do indivíduo em processo de desenvolvimento. Estes fatores têm um papel determinante na definição das trajetórias desses indivíduos, podendo acarretar um desenvolvimento socialmente ajustado ou uma trajetória associada à criminalidade.



A exclusão social também tem sido um dos aspectos relevantes que levam à prática de atos infracionais de adolescentes e jovens. Segundo Feijó e Assis (2004), a idéia de exclusão social está atribuída a um estado de carência ou privação material, de segregação, de discriminação, de vulnerabilidade em alguma esfera. Está associada a um processo de desvinculação social e/ou espacial, ou seja, o ser excluído vivencia a falta de ganhos, de alojamento, de instrução, de atenção, de poder exercer sua cidadania.

São, portanto, inúmeras as causas que levam os nossos jovens/adolescentes a um desvio de conduta, ou seja, à prática do ato infracional, dentre elas: o sistema econômico, a pobreza, a fome, o desemprego, a educação, a criminalidade, a rua e as drogas. Tais circunstâncias estão diretamente ligadas ao desenvolvimento do indivíduo e irão refletir consideravelmente durante este processo de desenvolvimento, que poderá implicar no surgimento de conflito. O que implica afirmar que tais indivíduos encontram-se em grandes riscos de vulnerabilidade social.

Segundo Gilberto Dimenstein (1993) é por falta de perspectivas, da carência diária, do contato com as quadrilhas e, sobretudo, da agressão policial dentro e fora das instituições que se dá a uma geração de ambiente propício a mais violência. Daí surgem os menores de alta periculosidade, que lideram bandos, que matam a sangue frio, com os quais o diálogo ou qualquer tratamento terapêutico vai-se tornado praticamente inútil. Segundo psicólogas que cuidam de menores infratores, a maioria deles vem de lares tumultuados. O pai ou a mãe têm um mau hábito de bater nos filhos, fazendo com que muitos deles saiam de suas casas e procurem nas ruas um abrigo com pessoas que os escutem, os compreendam e os apóiem.

Com ou sem compreensão psicológica, o fato é que os meninos que perambulam pelas ruas correm perigo, e estão sujeitos a inserção no mundo da criminalidade, isto pode contribuir para más condutas sociais, podendo ser levados à Delegacia de Menores ou até mesmo para a instituições de menores, antigas FUNABEM ou FEBEMs<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Em 1964 foi criada a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor — FUNABEM — como órgão normativo Federal, representada nos 17 Estados pelas FEBEM's – Fundações Estaduais De Bem-Estar Do Menor - que tinha como responsabilidade formular e implantar a Política Nacional do Bem Estar do Menor. Com a promulgação do ECA, de 1990, a surge a FUNDAC - Fundação da Criança e Adolescente - , criada através da Lei Estadual 6.074/91 (Retirado de: <http://www.fundac.ba.gov.br/index.php/historia>).

Segundo Dimenstein (1993) não faltam documentos e depoimentos questionando a eficácia desses centros de recuperação – há fortes suspeitas, embasadas em sólidos indícios de que essas instituições que recolhem menores apenas ajudam o detido a ter contatos com o crime, ingressando em quadrilhas, ou estimulando mais violência, já que é prática comum nesses locais uma disciplina mantida com agressões. Em pouco tempo, os meninos estarão nas ruas e muitos deles piores do que entraram.

O mundo está em um processo de globalização constante - a globalização é um dos processos de aprofundamento internacional da integração econômica, social, educacional, cultural e política - que por sua vez exige da sociedade. Considerada como importante instrumento para se evitar a produção de menores infratores, garantir a escolaridade, dar estudo, é importante para que os adolescentes possam ter uma oportunidade de ingressar no mercado de trabalho, acompanhado assim o ritmo da globalização, tendo recursos para o sucesso.

Entretanto, o sistema educacional não está preparado para administrar menores carentes e infratores, os quais em sua maioria são indisciplinados e agressivos. [...] São fatos que apenas agravam um fosso entre o aluno e a escola, impulsionando-o para a rua, um passo à delinquência (DIMENSTEIN, 1993).

Com esta má administração o índice de evasão escolar entre adolescentes em vulnerabilidade (especificamente os adolescentes em conflito com a lei) é inestimável. No entanto, quando decidem retornar aos muros da escola, passam a ser inseridos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), devido a sua faixa etária, uma modalidade de ensino que infelizmente não está preparada e apta para receber este público.

Em 1990 em Jomtien, na Tailândia ocorreu uma Conferência Mundial que reforçou a necessidade de uma melhor escolarização na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Contudo, é na LDB nº 9394/96 que aparece com clareza uma seção destinada, especificamente, para nessa modalidade de ensino, dizendo que,

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do

trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. § 1º. Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. § 2º. Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (LDB, 210, p.32-33).

Como podemos ver, a LDB é uma lei que proporciona ao aluno da EJA uma forma de aprendizagem respeitando as características que este público apresenta. Entretanto, não está tratando especificamente de adolescentes que evadiram da escola por uma razão de vulnerabilidade, podendo ser por parte do crime, da violência, da família, etc. Assim, o adolescente com uma faixa etária desapropriada para ingressar no ensino fundamental regular passa a ser inserido na EJA, por não ter uma opção.

Um outro fator que pode provocar a entrada dos jovens e adolescentes no universo da marginalidade é a família. Esta trata-se de um conjunto de pessoas que possuem grau de parentesco entre si e vivem na mesma casa formando um lar. Uma família tradicional é normalmente formada pelo pai e mãe, unidos por matrimônio ou união de fato, e por um ou mais filhos, compondo uma família nuclear ou elementar.

A família nada mais é que uma instituição responsável por promover a educação dos filhos e influenciar o comportamento dos mesmos no meio social. O papel da família no desenvolvimento de cada indivíduo é de fundamental importância. É no seio familiar que são transmitidos os valores morais e sociais que servirão de base para o processo de socialização da criança, bem como as tradições e os costumes perpetuados através de gerações.

A família é a organização social complexa, um microcosmo da sociedade, onde ao mesmo tempo se vivem as relações primárias e se constroem os processos identificatórios. É também um espaço onde se definem papéis sociais de gênero, cultura de classe e se reproduzem as bases do poder. É ainda o *locus* da política, ministrada no cotidiano das pessoas, nas discussões dos filhos com pais, nas decisões sobre o futuro, que ao mesmo tempo tem o mundo circundando como referência o desejo e as condições de possibilidade como limitações. Por tudo isso, é o espaço do afeto e também do conflito e das contradições (Minayo, 1999, p. 83).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 227 estabelece que

“é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

No entanto, crianças, adolescentes e jovens representam em nossa sociedade uma grande parcela exposta às violações de seus direitos pela família, pelo Estado e pela sociedade. Os maus tratos, o abuso e a exploração sexual, a exploração do trabalho infantil, as adoções irregulares, o tráfico internacional e desaparecimentos, a fome, dentre outros, ainda são fatos recorrentes na realidade de crianças e adolescentes em nosso país (Volpi, 2010).

Sabemos que o avanço da globalização e as transformações econômicas, sociais, culturais e éticas, têm colocado as famílias cada vez mais em situação de vulnerabilidade, uma vez que estes avanços nem sempre se tornam positivos, impossibilitando famílias carentes acompanhar estes avanços, uma vez que estas não conseguem cumprir as exigências do mundo moderno, a exemplo do consumo de tecnologias de “últimas gerações”.

Contudo, o ato infracional praticado por adolescentes em determinadas situações, pode estar atribuído às dificuldades no seio familiar como uma forma de expressão destas dificuldades.

Deve-se, portanto, pensar a família não só como uma instituição que deve cuidar e educar os filhos, mas uma instituição que também requer cuidados e atenção por parte das políticas sociais, principalmente estas que encontram-se em situação de vulnerabilidade, dando a estas a capacidade de suprir suas necessidades, e podendo por em práticas seus projetos de vida.

### **3. O JOVEM E AS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS: BREVE PERCURSO HISTÓRICO**

Falarmos de adolescentes autores de atos infracionais, é falarmos de uma adolescência que tem um efeito do processo histórico da sociedade, pois nesta fase da vida ocorre uma relação íntima com os demais fenômenos sociais em curso, em dado momento histórico. Assim podemos considerar que os aspectos que definem a adolescência e o adolescente/jovem se transformam a cada época.

É importante, assim, consideramos os aspectos que permeiam os adolescentes e jovens de nossa sociedade, ou seja, os que vivem e os que viveram em outros contextos socioculturais, respeitando suas particularidades, sentimentos, experiências e fragilidades. Cada contexto sociocultural tem uma descrição de expectativas e representações sobre os adolescentes e jovens que determina implícita ou explicitamente, papéis sociais e comportamentos, apoiando-se em aspectos fisiológicos, sexuais, afetivos, sociais, políticos e institucionais.

No século XX, foram criadas instituições de regime prisional, voltadas para a correção de meninos considerados da classe perigosa ou voltada para o crime. Essas instituições eram voltadas para a pedagogia do trabalho e no combate ao ócio; em seu interior havia escola, quadra esportiva, núcleos profissionalizantes e tinham atendimento médico, odontológico e enfermarias.

Em 1923, foi criado o Juizado de Menores, tendo Mello Mattos como o primeiro Juiz de Menores da América Latina. No ano de 1927, foi promulgado o primeiro documento legal para a população menor de 18 anos: o Código de Menores, que ficou popularmente conhecido como Código Mello Mattos (Mafra, 2012).

O Código de Menores era endereçado não a todas as crianças, mas apenas àquelas tidas como estando em “situação irregular”. O código definia, em seu Artigo 1º, a quem a lei se aplicava: “O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código”. Código de Menores - Decreto N. 17.943 A – de 12 de outubro de 1927 (Lorenzi, 2007).

O Código de Menores visava estabelecer diretrizes claras para o trato da infância e juventude excluídas, regulamentando questões como trabalho infantil, tutela e pátrio poder, delinquência e liberdade vigiada. O Código de Menores revestia a figura do juiz de grande poder, sendo que o destino de muitas crianças e adolescentes ficava a mercê do julgamento e da ética do juiz (Mafra, 2012).

A passagem do código de 1927 para o de 1979 deu-se mediante a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). As Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor - FEBEMs e a FUNABEM foram criadas a fim de terem autonomia financeira e administrativa, incorporando todas as estruturas do Serviço de Assistência ao Menor dos estados, incluindo aí o atendimento tanto aos carentes e abandonados quanto aos infratores (Mafra, 2012).

Segundo o artigo de Gisella Werneck Lorenzo - Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil (2007), o Código de Menores de 1979 constituiu-se em uma revisão do Código de Menores de 27, não rompendo, no entanto, com sua linha principal de arbitrariedade, assistencialismo e repressão junto à população infanto-juvenil. Esta lei introduziu o conceito de "menor em situação irregular", que reunia o conjunto de meninos e meninas que estavam dentro do que alguns autores denominam infância em "perigo" e infância "perigosa". Esta população era colocada como objeto potencial da administração da Justiça de Menores. É interessante que o termo "autoridade judiciária" aparece no Código de Menores de 1979 e na Lei da Fundação do Bem Estar do Menor, respectivamente, 75 e 81 vezes, conferindo a esta figura poderes ilimitados quanto ao tratamento e destino desta população.

Uma das grandes conquistas da Constituição de 1988 foi criar as condições necessárias para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), rompendo com a doutrina da situação irregular para aderir à doutrina da proteção integral, na qual toda criança ou adolescente é considerado sujeito de direito e em fase especial de desenvolvimento, requerendo, portanto, a proteção do Estado. A Carta Constitucional de 1988 se preocupou com estes adolescentes em grandes riscos de vulnerabilidade social. Contudo, Cabe ao Estado, à sociedade e à família assegurar aos nossos menores, as condições efetivas do exercício de cidadania plena. Assim determina a Constituição Federal:

Art. 277 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º - O estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente...

§ 3º O direito à proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

**I** – idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto art. 7º, XXXIII;

**III** – garantia ao acesso do trabalho adolescente à escola;

§ 4º - A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Art. 299 – Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores,...

No caso dos adolescentes em conflito com a lei, dependendo do ato infracional cometido e do número de reincidências, eles podem ser julgados e, se condenados, cumprir pena em regime de internação por até três anos, mesmo que completem a idade de 18 anos durante o período de cumprimento dessa pena.

Na década de 90 ocorreu a promulgação da ECA (Lei 8.069/90) em 13 de Julho de 1990, consolidando uma grande conquista da sociedade brasileira: a produção de um documento de direitos humanos que contempla o que há de mais avançado na normativa internacional em respeito aos direitos da população infanto-juvenil. Este novo documento altera significativamente as possibilidades de uma intervenção arbitrária do Estado na vida de crianças e jovens. Como exemplo disto pode-se citar a restrição que a ECA impõe à medida de internação, aplicando-a como último recurso, restrito aos casos de cometimento de ato infracional.

O Estatuto da Criança e do Adolescente consta que o ato infracional é uma conduta descrita como crime ou contravenção penal. O estatuto considera o jovem até 18 anos como inimputável, ou seja, não é capaz de entender o caráter ilícito do fato por ele praticado, diante da condição de que sua pessoa encontra-se em desenvolvimento, o que implica ressaltar que o autor do ato infracional fique isento de consequências, mas

sujeito às normas da legislação especial. A legislação prevê medidas sócio-educativas aplicáveis aos adolescentes em conflito com a lei (Gallo, 2008).

Volpi (2010, p.7) aponta que:

Não existe ainda um consenso geral sobre como denominar os adolescentes que praticam atos infracionais. Os meios de comunicação social, geral, têm preferido usar formas estigmatizantes, referindo-se a eles como infratores, delinquentes, pivetes e, mais recentemente, importando uma expressão dos EUA, uma revista semanal taxou-os de pequenos predadores. A opinião pública em geral tem reproduzido estas expressões, acrescentando outras que a sua criatividade preconceituosa produz, como: bandidos, trombadinhas, menores infratores e outras.

Pensar desta forma passamos a marginalizar estes adolescentes/jovens, rotulando-os pelos seus atos, deixamos de enxergar o que de fato levam estes indivíduos a praticarem tais ações, maus condutas. Assim, passamos a excluí-los da sociedade, no entanto, deixando de enxergar o adolescente como um ser humano, uma vez que só enxergamos as suas infrações. Contudo devemos analisar e compreender o que motiva estes adolescentes/jovens a serem autores de atos infracionais.

A seguir buscaremos mostrar o que há por trás de adolescentes autores de atos infracionais, o que lhes conduzem a tais condutas. Com o intuito de quebrar tais rotulações que marginalizam estes adolescentes/jovens, mostrando assim que em algumas circunstâncias estes indivíduos deixam de ser “criminosos” passando a serem “vítimas”.



#### 4. CAMINHO METOLÓGICO

Este estudo trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa é um método que enfatiza as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser (Haguette, 2003). No entanto, esta abordagem qualitativa tem a intenção de analisar questões voltadas à subjetividade dos indivíduos e promove uma ação de fortalecimento das questões particulares dos sujeitos, ou seja, seu referencial identitário cultural, suas crenças, seus valores, vontades e costumes (Minayo (2000).

De acordo Ludke/André (1986), mediante a uma pesquisa qualitativa o pesquisador deve partir das interrogações que ele faz referentes aos dados, baseado em tudo o que ele conhece do assunto, em toda teoria acumulada a respeito; a partir daí começa a construir o conhecimento sobre o tema pesquisado. O pesquisador tem a função de interagir as evidências acumuladas na área juntamente com as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa.

É com base nesses elementos e conceitos de pesquisa que buscaremos compreender os fatores que contribuem para que jovens, em cumprimento de medida sócio-educativa, estejam em situação de vulnerabilidade social. Para a realização desse trabalho, utilizaremos como ferramenta metodológica o estudo de caso.

O estudo de caso apresenta características que responde às expectativas desta pesquisa, para uma melhor compreensão e desenvolvimento deste trabalho. Segundo Lüdke e André

O estudo de caso visa à descoberta; enfatiza a “interpretação em contexto – uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa -; busca retratar a realidade de forma completa e profunda; usa uma variedade de fontes de informação; revela experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas – o pesquisador procura relatar as suas experiências durante o estudo de modo que o leitor ou usuário possa fazer as suas “generalizações naturalísticas” –; procura representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social; utiliza uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa. (1986, p. 18-20)

Para melhor compreensão deste estudo e também para alcançarmos nossos objetivos foi utilizada a entrevista como procedimento técnico de investigação.

...na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. A entrevista permite correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas. (Lüdke e André, 1986)

A entrevista foi um instrumento indispensável, pois nos favoreceu a interação entre pesquisador e sujeitos, nos viabilizando assim a expressão de seus conteúdos cognitivos, atitudinais e afetivos. A escolha do instrumento para a coleta de dados é fundamental para a construção do objeto de pesquisa. Sobre essa concepção, Sá comenta que:

Um primeiro problema que se coloca a todo pesquisador, mesmo que não advertido nesses termos, diz respeito à coleta de dados. Embora tal atividade tenha obrigatoriamente que ser complementada pelo tratamento ou análise dos dados, parece oportuno enfatizar sua importância na construção do objeto, bem como sua dependência em relação a eleições teórico-conceituais prévias (1996, p. 100 -101).

Optamos por utilizar a entrevista semi-estruturada, pois é considerada um dos principais meios para a realização de coletas de dados; esta nos permite a valorização do entrevistador e proporciona todas as perspectivas possíveis para que o entrevistado tenha liberdade e espontaneidade nas respostas (Triviños, 1987). Ainda segundo Triviños,

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem respostas do informante. (TRIVIÑOS, 1987, p. 145).

Nessa perspectiva a entrevista semi-estruturada nos permitiu a aquisição de respostas com espontaneidade – a fim de entender a história de vida de alguns jovens e adolescentes que estão em cumprimento de medida sócio-educativa – no CEA. Nessas entrevistas, abordamos temas como: educação, família e sociedade.

Sabemos que nossa sociedade tem suas concepções em relação a estes indivíduos, (e em muitas destas concepções os jovens e adolescentes são os únicos responsáveis pelo seu fracasso escolar, familiar e social). Entretanto, o enfoque deste trabalho é compreender, a partir da fala dos próprios sujeitos, os jovens e adolescentes em risco de vulnerabilidade social, mostrando “o outro lado do espelho”, ou seja, que fatores favorecem e/ou contribuem para esse estado de situação social.

#### **4.1 Caracterizando o Campo de Pesquisa**

Atualmente o Centro Educacional do Adolescente (CEA), encontra-se situado no bairro Jardim Cidade Universitário, na cidade de João Pessoa/PB. Na época de sua construção, a instituição ficava distante de outros bairros e de difícil acesso, com poucas linhas de ônibus, pois a estrada era de barro dificultando ainda mais o acesso dos funcionários e familiares dos internos principalmente em dias chuvosos. Hoje a realidade é outra, pois na década de 80 construíram conjuntos habitacionais e hoje já se encontra em construção um imenso shopping em frente à Instituição.

O CEA foi fundado na década de 1970 – criado para funcionar como um internato para crianças e adolescentes, apenas do sexo masculino, consideradas em “situação irregular”, de acordo com o código vigente da época, mas já foi denominada de “Casa Recuperação do Menor”, após “Casa do Menor” – onde as crianças e adolescentes eram vistos pela sociedade como marginais, disfuncionais, doentes e necessitavam de recuperação.

No ano de 1993, essa instituição, mais uma vez passa por uma mudança, onde o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – datado em 1990 determina que os adolescentes deixem de ser tratados por “menor” e passam a ser tratados “legalmente” como adolescentes. O ECA restringiu o atendimento á adolescentes com faixa etária entre 12 e 18 anos de idade denominados juridicamente como “autores de atos infracionais”, encaminhados pelo juiz da infância e juventude.

O Centro Educacional do Adolescente, portanto, é uma instituição destinada aos adolescentes privados de liberdade que estão cumprindo medidas sócio-educativas por ordem judicial, devido a atos infracionais cometidos por eles mesmos. A Instituição é,

além de uma organização formal, com códigos de comportamentos bem definidos, é um ambiente que deveria proporcionar aprendizagem e preparar o adolescente para a sua ressocialização em meio a sociedade.

Na década de 90 o CEA passou por uma reforma que durou mais de um ano e durante esse período os adolescentes internos foram transferidos para um prédio localizado na Rua das Trincheiras em João Pessoa, onde funcionava o antigo CETRIM (Centro de Triagem) e a Delegacia da Infância e da Juventude, lugar onde não possuía condições físicas adequadas para o desenvolvimento de qualquer trabalho educativo ou de ressocialização, pois esse prédio era arquitetado apenas para o funcionamento de uma delegacia para menores e que hoje se encontra desativado.

Após a reforma do CEA o muro ao seu redor, passou a medir aproximadamente quatro metros de altura, onde policiais militares e funcionários de uma empresa terceirizada passaram a cuidar da segurança do lado externo e interno ocupando assim as guaritas de vigilância, a recepção principal até as alas (quarto) da Instituição, onde se alojam os adolescentes. Atualmente a quantidade de adolescentes que estão cumprindo medidas sócio educativa no CEA hoje é superior que há 2 ou 3 anos atrás, pois varia muito a cada dia, semana, mês e até mesmo ano o número de adolescentes entrando nesse local.

Sua capacidade institucional foi projetada para ressocialização de 62 adolescentes na década de 70, mas hoje podemos encontrar 180 adolescentes matriculados na escola, internos no CEA. No entanto, chegam quase todos os dias de inúmeras cidades da Paraíba, ocorrendo assim uma superlotação, como em tantas outras Instituições para adolescentes em todo o país.

O CEA é formado por vários blocos e alas interligados umas as outras por uma área comum, mas separados por portas e portões de ferro. Entre os espaços físicos, existente em seu âmbito, os mais comuns para os adolescentes são as salas de aula, o auditório, o campo de futebol, o refeitório e suas alas (dormitórios). Todos estão matriculados na Escola Estadual Almirante Saldanha, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas muitos deixam de frequentar a escola por motivos de segurança, já que há um conflito de facções, que são os EUA e Al Qaeda.

Apesar dessa realidade, o diretor do CEA está sempre dialogando, apaziguando e procurando outros meios para intervir nesse conflito. Esses adolescentes estão submetidos a regras de comportamento e horários fixos e rígidos, e pelo seu descumprimento, alguns adolescentes que não frequentarem as aulas não poderão participar de jogos de futebol ou das oficinas (com direito ao diploma) que o centro oferece. Na entrada do CEA podemos encontrar o portão principal e a guarita. Ao entrarmos na recepção encontraremos ao lado esquerdo uma sala de espera, de revista masculina e feminina e de alimentos. No lado direito há um alojamento que é pros educadores guardarem seus materiais, pois não podem entrar com celular, carteira e nenhum tipo de material apenas entram fardados e com uma caneta, que é o material que eles utilizam na escola. O material de higiene pessoal fica do lado de fora para depois que saírem fazerem sua higiene pessoal. Na recepção é feito a revista com detector de metal no corpo e bolsa, enfim, ninguém entra armado ou com celular pra ala de internação, a não ser, o supervisor, o vice-diretor ou diretor. Há a secretaria, que é onde é recebida a documentação e verificada a procedência dessa documentação, setor social, psicológico, defensoria pública, coordenação psicossocial, direção e vice direção. Tem-se uma sala utilizada pela parte de saúde, por outros setores da unidade e para reuniões, com um dispensário para medicamentos com uma sala de curativos, uma sala do médico, um gabinete odontológico com banheiro pessoal e dois banheiros naquela área. Tem-se alojamento com uma suíte para os adolescentes, ou seja, um quarto com 3 beliches, onde ficam os adolescentes com algum problema de saúde.

Na parte da internação, fora dos alojamentos, há uma sala para a direção da escola outra para os professores e uma sala de vídeo. Em direção à escola há um auditório que antes era utilizada como uma sala de aula e outras cinco salas de aula. Há também um local para as oficinas de material de limpeza, de cerâmica, de produção gráfica, que faz pequenos impressos, a parte de encadernação, plastificação e a coordenação das oficinas. Há uma lavanderia onde são lavadas as roupas e uniformes fornecidos aos adolescentes. Na parte esportiva há um minicampo com uma quadra para vôlei, futebol de salão com um chuveiro externo pra tomar aquela ducha quando terminar de jogar vôlei ou futebol. Há um galpão com uma sala de equipamentos com vestiário, banheiro, bebedouro e uma TV para os dias de visita, que funciona fora dos quartos. Podemos observar outros espaços como uma caixa de salto para lançamento de

disco e arremesso de peso, mas não se trabalha mais com essas modalidades. Há uma horta que começou com o apoio da EMATER, mas recentemente está parado.

Na parte da internação há seis ALAS que são: setor da PAZ com 5 quartos, com capacidade para 15 adolescentes, o setor da LUZ com 6 quartos com capacidade para 18 adolescentes, o setor da FELICIDADE com 7 quartos, com capacidade pra 21 adolescentes, o setor da SAÚDE com apenas um quarto para enfermaria, o setor da HARMONIA com um quarto. E o chamado setor da ESPERANÇA com 4 quartos que funciona como um antigo seguro com medidas disciplinar. E encerrando a estrutura física da instituição há uma sala de espera com bebedouro, um refeitório, cozinha e almoxarifado.

---

## 4.2 Sujeitos da Pesquisa

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas num período de três meses (de Julho a setembro de 2013) – uma vez por semana –, junto a cinco jovens/adolescentes com idade entre 16 e 17 anos de idades, todos do sexo masculino. A seleção do grupo de adolescentes foi feita por uma psicóloga e uma pedagoga da instituição – CEA -, tendo como critérios um bom comportamento e melhor desenvoltura para dialogar. Estes adolescentes encontram-se em cumprimento de medida sócio-educativa no Centro Educacional do Adolescente – CEA – JP. Utilizamos a escrita como forma de registrar as informações obtidas através dos entrevistados, de maneira que não desprezásemos nenhum dado coletado.

Para a coleta de dados utilizamos um formulário (ANEXO A) contendo informações da situação escolar, familiar e social do entrevistado, seguido de questões abertas que contemplava algumas questões, como: 1) O que é família pra você? 2) Você está satisfeito com o seu suporte familiar? 3) O que você entende por sociedade? O que acha dela? 4) O que é educação pra você? 5) O adolescente/jovem precisa de que pra ser feliz? 6) Se você fosse liberado do CEA hoje o que faria? Que ato infracional praticou? Usa drogas ilícitas?

A identificação dos adolescentes entrevistados será mantida em absoluto sigilo, sendo assim, para as referências aos adolescentes, utilizaremos A e A1.

## **5. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Neste capítulo faremos a apresentação dos resultados obtidos com a pesquisa, discutindo as situações apreendidas da realidade, mediante o referencial teórico apresentado. A proposta é estabelecer um diálogo entre as falas dos sujeitos da pesquisa e os fundamentos teóricos, na perspectiva de responder às indagações que originaram este estudo, citadas na introdução.

### **5.1 Relatando Experiências**

Como já mencionado neste trabalho, a vulnerabilidade social revela os fatores que contribuem para a prática do ato infracional. Desta forma, entendemos que estes jovens/adolescentes acabam sendo vítimas, por ausência da garantia de seus direitos como cidadãos. Motivos como as condições socioeconômicas, as desigualdades sociais, a evasão escolar, histórico de conflito no âmbito familiar são fatores de vulnerabilidade, que contribuem para que esses indivíduos adentrem no mundo da criminalidade.

As transformações que aconteceram e acontece na sociedade tem uma contribuição negativa e positiva - mediante as transformações de cada época -, na vida de um adolescente. As más condições para uma educação escolar bem sucedida, oportunidade para se qualificar e ingressar no mercado de trabalho, conflitos em meio ao convívio familiar e social, más condições de sobrevivência tornam-se subsídios para uma postura de comportamentos desajustados, ou seja, o comportamento do adolescente passa a ser comprometido, assim este fica bastante vulnerável e acaba adentrando no mundo da criminalidade.

Seguem os dados coletados durante a entrevista com os sujeitos pesquisados:

**A 1-** Começou a usar drogas aos dezesseis anos de idade (maconha), participa da facção Al-Qaeda, tem muitos inimigos, já sofreu 14 ferimentos de arma de fogo. Considera-se uma pessoa tranqüila, e um aspecto negativo é envolver-se com coisas erradas, que sente feliz com sua avó, que sente tristeza por estar apreendido, que o que o deixa mais irritado são seus inimigos. Tem a plena concepção de que fazer o bem é ajudar, que

matar é fazer o mal, que a liberdade é não ter inimigos, que o crime está relacionado a matar e roubar, que a justiça para quem comete estes atos infracionais é ser preso.

ATO INFRACIONAL: Tentativa de homicídio. Teve nove apreensões anteriores, por tentativa de homicídios e roubos. Já utilizou arma de fogo para a prática destes atos infracionais.

**A 2** - Começou a usar drogas aos quatorze anos de idade (maconha), não tem inimigos e nem participa de nenhuma facção. Considera-se uma pessoa tranquila, relata que não é uma pessoa ruim, tornaram a suas ações ruins; que sente feliz com sua avó, que o deixaria feliz era o amor de sua família, que o deixa mais irritado e triste é quando sua família o vê como uma ovelha negra. Tem a plena concepção de que fazer o bem é ajudar, que matar é fazer o mal, que a liberdade é sair do CEA, que o crime está relacionado a matar e roubar, que a justiça para quem comete estes atos infracionais é a cadeia.

ATO INFRACIONAL: Roubo de moto. Teve mais uma apreensão anterior, por tentativa alteração de placa. Já utilizou arma de fogo para a prática destes atos infracionais.

**A 3**- Começou a usar drogas aos 15 anos de idade e não tem amigos e nem participa de nenhuma facção. Considera-se uma pessoa boa e antes de entrar nessa instituição sua mãe não lhe dava muita atenção.

ATO INFRACIONAL: Tentativa de homicídio e porte de arma de fogo. Teve mais de uma apreensão anterior, por porte de arma.

**A 4** - Começou a usar drogas aos 13 anos de idade, tinha bastantes amigos e nega participar de alguma facção. Considera-se uma pessoa boa, porém diz que, se ficar frente a frente com o homem que atirou em seu tio e a bala pegou em avô ou se vir mexer com ele ou com sua família vai ter volta.

ATO INFRACIONAL: Tentativa de homicídio e porte de arma de fogo. Teve mais de duas apreensões em delegacias.

**A 5** - Começou a entrar no mundo das drogas aos 12 anos de idade após a morte de sua mãe; não tem amigos e nem participar de nenhuma facção. Considera-se uma pessoa



boa e gostava de ajudar sua tia nas atividades domésticas e seu padrasto como ajudante de pedreiro.

ATO INFRACIONAL: Tentativa de homicídio e porte de arma de fogo. Essa tentativa foi contra o assassino de sua mãe e relata que ao sair do CEA se encontrar ele novamente irá matá-lo, pois o mesmo continua solto e perambulando por Guarabira.

Perguntado aos sujeitos a respeito da situação educacional obtivemos as seguintes respostas:

**A 1** - Adolescente com 17 anos de idade, sexo masculino (cego de um olho). Reside na no Bairro de Mandacaru –JP.

SITUAÇÃO EDUCACIONAL: cursando o 4º ano do ensino fundamental, na escola inserida no CEA, dentro da instituição, apresenta dificuldade na leitura e na escrita, se identifica com a disciplina de matemática e apresenta dificuldade na disciplina de português. Gosta da escola na qual está inserido. Teve duas desistências durante a escolarização, todas por quase de seus inimigos. O que mais lhe motiva hoje na escola é a necessidade de aprender a ler e escrever, cada dia melhor. Relata que a escola é útil por nos tornar pessoas reconhecidas na sociedade. Não soube informar a escolaridade de seus genitores. Fez um curso profissionalizante de produto de limpeza (dentro da instituição) e atualmente está fazendo o curso de placas de veículos automotivos.

**A 2** - Adolescente com 16 anos de idade, sexo masculino. Reside na no Bairro dos Funcionários II –JP.

SITUAÇÃO EDUCACIONAL: cursando o 7º ano do ensino fundamental, na Escola Estadual Professor Antônio Matriz, localizada no bairro em que reside; lê e escreve com facilidade, se identifica com a disciplina de matemática e não apresenta nenhuma dificuldade nas demais disciplinas. Gosta da escola na qual está inserido, já frequentou escolas privadas. Senti-se sem paciência e desmotivado diante dos estudos; nos últimos dois anos que frequentou a escola faltava constantemente às aulas (“faltava por safadeza”). Relata que na escola aprendem-se coisas úteis, que utilizamos em meio ao convívio social. Entretanto, a escola também ensina muitas coisas desnecessárias que não servirá de nada, mas é muito importante concluir a escolaridade para ser alguém na vida. Seu genitor tem ensino superior, não soube informar a escolaridade de sua genitora. Fez um curso profissionalizante de informática, mas não concluiu, pois não

teve motivação, entretanto, gostaria de concluí-lo por achar interessante esta área da informática.

**A 3** - Adolescente com 16 anos de idade, sexo masculino. Reside em Cabedelo (cidade próximo a João Pessoa).

**SITUAÇÃO EDUCACIONAL:** Cursando o 1º ano do ensino médio na escola inserida no CEA. Gosta de ler, escreve e das disciplinas de português e inglês. Não se identifica com a disciplina de matemática. Gosta da escola que está estudando atualmente, pois os professores têm paciência e se dedicam mais, infelizmente o tempo é curto, relata o adolescente. O único momento agradável que teve em sua vida estudantil foi no 2º e 4º ano com uma professora que o incentivou a continuar os estudos. Houve também momentos desagradáveis com inúmeras implicações da diretora com o adolescente por maus comportamentos.

**A 4** - Adolescente com 16 anos de idade, sexo masculino. Reside no bairro da Ilha do Bispo em João Pessoa.

**SITUAÇÃO EDUCACIONAL:** Estar cursando o 6º ano do ensino fundamental na escola inserida do CEA. Não gosta muito de estudar, mas vai à escola (dentro da instituição) só para passar o tempo e se distrair. Identifica-se com as disciplinas de matemática e português. No entanto, frequenta a escola por receber incentivos dos professores. O único momento agradável que teve em sua vida estudantil foi no 3º ano, pois gostava de namorar as meninas da escola. Houve também momentos desagradáveis como a diretora da escola, pois esta o discriminava por suas más condutas na escola.

**A 5** - Adolescente com 17 anos de idade, sexo masculino. Reside em Guarabira, interior da Paraíba.

**SITUAÇÃO EDUCACIONAL:** Estar cursando o 4º ano do ensino fundamental na escola inserida do CEA. Gosta muito de estudar, mas vai pouco à escola (dentro da instituição), pois em apenas dois dias da semana que eles frequentam a sala de aula por haver poucas salas e a demanda de adolescentes inscritos na escola é muito grande. Identifica-se apenas com a disciplina de matemática e não gosta de geografia. Gosta da paciência e do incentivo que o professor tem com ele, dessa forma o adolescente tem mais prazer em se dedicar aos estudos, infelizmente o tempo é curto, relata alguns adolescentes.

Observamos que todos os sujeitos estão matriculados na escola dentro da instituição, exceto o sujeito A 2, pois encontra-se matriculado em uma escola localizada fora da instituição – esta há poucos dias no CEA –, encontra-se na provisória, uma vez que seu processo irá ser julgado por uma autoridade jurídica (Juiz). Notamos que ambos passaram por uma evasão escolar, no entanto, A 1 por sentir sua vida em situação de risco (ameaçado de morte) e A 2 por não ter paciência de estudar e desmotivação para o mesmo. Podemos ainda observar que ambos sentem-se satisfeito em relação ao convívio escolar, ou seja, ao tratamento e reconhecimento dos sujeitos diante dos educadores da instituição na qual se encontram inseridos. A 3, A 4 e A 5 relatam que a escola “normal”, fora da instituição, não havia o mesmo incentivo, paciência e reconhecimento que ambos tem dentro da instituição escolar inserida no CEA.

Nesta perspectiva, segundo Dimenstein (1993) o sistema educacional não está preparado para atender ao público que encontram-se em conflito com a lei, e isto de fato contribui para que estes retornem as vias de más condutas, como a criminalidade. No entanto, podemos encontrar uma luz no fim do túnel, quando os sujeitos relatam que a escola da instituição consegue enxergar um adolescente e não apenas um infrator. Diante disso, acreditamos que esta situação poderia mudar, se os profissionais da área educacional fossem habilitados e preparados para trabalharem com este público.

A escola é encarada pela sociedade das mais diversas formas. Para os idealistas é uma instituição idônea para a formação. [...] Apesar de toda a diversidade de opiniões e das crises por que passam as instituições de ensino do Brasil, o papel que a escola desempenha é considerado socialmente fundamental, e nunca essa convicção foi tão forte na sociedade brasileira, em todas as classes sociais, tendo em vista a necessidade da educação formal para atender às novas exigências do mercado de trabalho e de atuação no mundo globalizado. Entretanto, as demandas mais exigentes do mercado de trabalho se contrapõem aos precários índices de escolaridade ainda existente no país. (Minayo, 1999, p. 107)

Diante destas questões podemos encontrar pontos negativos em relação à política educacional, pois com os relatos dos sujeitos, encontramos uma reprodução de desigualdades sociais, como a discriminação, preconceito e a própria exclusão. Desta forma com certeza haverá uma evasão escolar por parte destes indivíduos, e aí nos indagamos: será que a política educacional está apta a garantir os direitos destes

adolescentes, em relação à situação educacional? Será que os profissionais da área educacional estão aptos para educar, reeducar, reintegrar estes indivíduos?

Bem, acreditamos que não. Diante de nossa realidade, afirmamos que as próprias instituições de ensino que preparam futuros profissionais para atuarem na área educacional ainda deixam muito a desejar. Por exemplo, o nosso curso de pedagogia (na Universidade Federal da Paraíba) não há uma disciplina que trate especificamente de vulnerabilidade social, não é exposto temas como adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas – que por sua vez são medidas com todo aparato pedagógico –, um tema com bastante repercussão na sociedade, entretanto, mal debatido no curso de pedagogia.

Quanto às questões de bases familiares, os jovens/adolescentes responderam:

**A 1 - SITUAÇÃO FAMILIAR:** Reside juntamente com avós maternos, genitora, tia (gestante) e um primo (portador de deficiência). A renda familiar é em torno de três salários mínimos, e reside em casa própria. Sua genitora é usuária de droga (crack), possui histórico de conflito com o pai, pois este não acompanhou sua infância e não reconheceu como seu filho. Contudo, mantém um bom relacionamento com a família. Apesar de sua genitora ser usuária de drogas e devido a este fato não poder participar ativamente em sua vida, os membros da sua família lhe aconselham a sair do mundo da criminalidade; afirma que está satisfeito com a sua família, seu suporte familiar.

**A 2 - SITUAÇÃO FAMILIAR:** Reside juntamente com o genitor e sua avó, não soube informar a renda familiar, entretanto, relata que seu genitor é Reitor de uma faculdade privada, e os pais são divorciados há 16 anos – sua genitora o abandonou quando o adolescente tinha 6 meses de vida reside em casa própria. Afirma não ter a devida atenção de sua família, e que a mesma começou a aproximação devido à internação no CEA. Residia na mesma casa que o genitor, mas ambos não mantinham contato; relata que depois de muitos anos de convivência na mesma casa, só em meio a estas circunstâncias que está sentindo seu genitor se aproximar. Não está satisfeito com a família, e desejaria ter uma família que fosse mais unida, que parassem de enxergá-lo como a ovelha negra.

**A 3 - SITUAÇÃO FAMILIAR:** Reside junto a sua genitora, padrasto, esposa e filha. Seu padrasto e sua esposa trabalham, mas não soube informar a renda familiar. Antes de

ser apreendido trabalhava com produtos de limpeza e quis sair do trabalho por ganhar pouco. Atualmente, sua família é bastante presente em sua vida e sempre o visitam todas quartas e domingos.

**A 4 - SITUAÇÃO FAMILIAR:** Reside juntamente com sua genitora, avós, primo e seu irmão. Seu avô possui uma oficina mecânica e no horário contrário das aulas o adolescente ajudava seu avô e não gostava de receber o dinheiro de avô como pagamento.

**A 5 - SITUAÇÃO FAMILIAR:** Reside com sua tia, padrasto, irmã e primos. Relata que sua mãe foi assassinada pelo marido de sua tia quando ele tinha apenas 10 anos de idade e hoje é sua tia quem recebe a pensão de sua mãe e compra de tudo para o adolescente. Seu padrasto recebe um salário de pedreiro e ajuda com despesas domésticas e sua tia cuida da casa, de sua irmã e de seus primos.

As famílias dos sujeitos acima são constituídas em média por cinco pessoas. Assim, percebemos que há um convívio em família, ou seja, o grupo familiar está presente na vida destes sujeitos. Entre os pesquisados, temos três sujeitos que residem com as genitoras, estas não convivem com pais dos jovens e estão solteiras; outro sujeito reside com a tia, pois sua mãe foi assassinada; e o último reside só com o genitor, pois foi abandonado pela mãe.

A história familiar de A 1, A 2 e A 5 é permeada pela presença de problemas de várias ordens, tais como: conflitos de relacionamento, problemas decorrentes do uso de drogas, o não reconhecimento da paternidade, cuidados de outros familiares (reside com estes), em função de falecimento (um assassinato) da genitora.

Como afirma Minayo (1999) a família é uma instituição social complexa, que interagem relações primárias e constroem sua identidade, definindo seus papéis sociais de gênero e cultural. E tem um aparato da política, pois é do cotidiano do grupo familiar, das pessoas que nascem discussões dos filhos com pais, nas discussões sobre o futuro, que por sua vez tem o mundo como referência aos desejos e as condições de sobrevivência. Nesse sentido, a família é que o espaço onde está o afeto, mas há também conflitos e contradições.

Com os dados colhidos é possível afirmar que os adolescentes, aqui apresentados, vivenciaram (ou ainda vivenciam) no âmbito familiar situações de conflitos, privações materiais e afetividade. Diante destas situações podem ser explicados alguns motivos que levaram esses sujeitos à prática do ato infracional.

Apresentaremos agora nas concepções dos sujeitos em relação à sociedade.

**A 1 - PERCEPÇÃO SOCIAL:** Afirma que na sociedade tem pessoas boas e ruins, que existe muita desigualdade social. Acredita que a sociedade o discrimina por cometer delito infracional.

**A 2 - PERCEPÇÃO SOCIAL:** Afirma que na sociedade tem pessoas boas e ruins e que existe muita desigualdade social, que se pudesse mudar algo em meio a nossa sociedade “tiraria as pessoas que moram na rua”. Acredita que a sociedade não o discrimina.

**A 3 - PERCEPÇÃO SOCIAL:** Afirma que a sociedade esta repleta de situações ruins, sendo uma delas muitas pessoas passando fome, necessidades de sobrevivências, quando questionado em relação ao olhar da sociedade para ele, este responde que a sociedade não o enxerga como um ser ruim/perigoso, pois este não “faz mal a pessoas do bem, só faz mal com os seus inimigos”. No entanto, relata não estar satisfeito com suas ações, uma vez que diz: “essa vida não tem futuro pra ninguém não”.

**A 4 - PERCEPÇÃO SOCIAL:** O adolescente diz que na sociedade tem pessoas ruins e muita desigualdade social. Relata que há muita desigualdade na sociedade e que eles o discrimina por estar ou ter passado pelo CEA.

**A 5 - PERCEPÇÃO SOCIAL:** O adolescente diz que na sociedade tem mais pessoas ruins que boas e que há muita desigualdade social e preconceito com os adolescentes principalmente os que cumprem medidas sócio-educativas no CEA. E relata que a justiça é injusta para alguns casos como o do assassino de sua mãe.

Os sujeitos entendem que a sociedade é composta de pessoas boas e más, que há muita desigualdade social e injustiça, como relata um adolescente: “que a justiça é injusta para alguns casos como o do assassino de minha mãe”, expondo assim, a sua revolta por encontrar-se solto o homem que assassinou sua mãe. Três sujeitos afirmam que a sociedade os discrimina por serem adolescentes em conflito com a lei, e dois acham que não são discriminados.

Com as concepções expostas por estes indivíduos, percebemos que ambos compreendem o nível de desigualdade social a que estão submetidos.

Como afirma Silva (2007), há lugares concentrados, na própria cidade, onde as condições sociais estão em um nível bastante elevado de desigualdade e da própria pobreza, acarretando condições desfavoráveis ao acesso e uso de recursos. Segundo Feijó e Assis (2004), a estas más condições de sobrevivência estão atribuídas à exclusão social, devido a um estado de carência e privação material, de discriminação, contribuindo para que indivíduos adentrem a uma esfera de vulnerabilidade social, tendo seus direitos como cidadão negado.

Os sujeitos também foram questionados sobre as perspectivas futuras.

**A 1 - EXPECTATIVAS PARA O FUTURO:** Queria exercer a profissão de promotor de justiça. Almeja sair do mundo da criminalidade, ingressar no mercado de trabalho e concluir os estudos. Que se fosse liberado da medida “hoje” iria embora para outra cidade, e queria uma pessoa ao seu lado para dar força, acredita que “esta vida não tem a futuro pra ninguém não”.

**A 2 - EXPECTATIVAS PARA O FUTURO:** Quer concluir os estudos e ingressar no ensino superior, para futuramente exercer a profissão de professor de matemática. Almeja sair do mundo da criminalidade, ingressar no mercado de trabalho e concluir os estudos. Que se fosse liberado da medida “hoje” iria embora da cidade de João Pessoa, recomençaria a vida em outro lugar, nem que fosse provisoriamente, um tempo para se reerguer, se renovar e para sair do convívio com más amizades.

**A 3 - EXPECTATIVAS PARA O FUTURO:** Quer concluir os estudos e ingressar no mundo do trabalho e melhorar a vida de sua esposa e filha. Desejar sair da cidade onde vive e viajar para outro estado esquecendo assim sua vida de reclusão no CEA e melhorar sua vida.

**A 4 - EXPECTATIVAS PARA O FUTURO:** Não tem nenhuma perspectiva para seu futuro nem para os estudos, apenas deseja sair do CEA, continuar ajudando seu avô na oficina e excluir de sua vida muitas más influências de amizades que os incentivou a entrar na vida da criminalidade. Não pretende sair de onde mora.

**A 5 - EXPECTATIVAS PARA O FUTURO:** Sair do CEA e mudar sua vida para melhor com boas condutas e boas influências. Conseguir um bom trabalho e cuidar de sua irmã e tia.

Todos pretendem concluir os estudos, por entender que a educação escolar é um meio de reinserir na sociedade, e por esta ser ferramenta indispensável para se qualificar melhor no mercado de trabalho. Alguns também pretendem, quando sair do CEA, residir em outra cidade, como um meio de sair do mundo da criminalidade e tentar reconstruir uma vida nova, entretanto, um não apresentou interesse pela conclusão dos estudos e pretende permanecer na mesma cidade que reside atualmente.

Mais uma vez a educação se faz presente na perspectiva de vida destes sujeitos, agora como uma necessidade afirmada por eles, uma vez que apresentam interesse pela conclusão dos estudos e enxergam a escola como fonte de escape para sair do mundo da criminalidade, buscando assim a formação escolar como meio de sobrevivência, um meio de desenvolver e aperfeiçoar suas habilidades, buscando uma oportunidade de ingressar no mercado de trabalho com uma melhor qualificação.

Como citamos, no capítulo 2, a escola pode ser uma forma de prevenir a vulnerabilidade social, por entendermos o quanto a sociedade exige para sermos bem reconhecidos e inseridos sem discriminações, ou seja, para acompanharmos a globalização precisamos ter uma educação formal. A escola também pode contribuir para que possamos buscar melhores condições de vida.

Com os dados obtidos nesta pesquisa, fica claro que no que diz respeito a estes adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativa, a vulnerabilidade social está atribuída às más condições de vida, como os conflitos familiares, as más condições do sistema educacional, a discriminação social, e a negação de direitos, impedindo esses sujeitos de atuarem como cidadãos. Contudo, podemos compreender o que há por trás de um adolescente infrator, não mais enxergando apenas o ato cometido, mas compreendendo os motivos que os levaram a praticas destes atos infracionais.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adolescentes infratores são reconhecidos como “pequenos bandidos”, uma rotulação marcada pelo estigma da marginalidade, por estarem situados dentro do mundo da criminalidade. No entanto, encontramos no CEA, garotos que foram afastados ou retirados de seus sonhos de futuro, agora inseridos num presente de risco que ofusca o brilho pessoal encantador, num mundo da criminalidade.

Esta pesquisa permitiu conhecer o que há por trás de um adolescente que pratica atos infracionais, o “outro lado do espelho”; nos permitiu olhar o adolescente não apenas como um infrator, mas uma vítima mediante aos fatores que os conduzem a uma situação vulnerável. Observamos que ocorrem inúmeras situações que contribuiu para que adolescentes pratiquem atos infracionais.

Devem ser analisadas diversas questões para que estes adolescentes não tornem a serem reincidentes no CEA. Como a educação, devendo ser tratada com um olhar diferenciado e não discriminatório, já que estamos tratando de ressocialização de adolescentes infratores. Estes sujeitos buscam na escola uma forma de preencher as lacunas que foram abertas em algum momento de sua história, podendo estas lacunas ser de caráter educacional, psicológico ou social.

Vygotsky (1987) afirma que o desenvolvimento do pensamento humano é gerado a partir do social para o indivíduo. Como pedagogos devemos conhecer a realidade vivida pelo adolescente infrator para estabelecermos uma relação que nos permitirá uma melhor execução de nossas ações educativas.

O CEA dispõe de alguns cursos profissionalizantes. Também faz-se necessário pensar na ressocialização do adolescente na sociedade (quando sair do CEA), e os cursos profissionalizantes é uma ótima forma de motivar os adolescentes a descobrirem suas aspirações pessoais que também contribuirá para que estes ingressem no mercado de trabalho com uma boa qualificação.

A família também é uma questão para ser analisada, pois esta instituição pode ser afetada por diversos fatores sociais, e com isto fica bem mais vulneráveis à existência de conflitos no âmbito familiar, atingidas por situações socioeconômicas, o

que em muitos casos explica a motivação que levam adolescentes a prática de atos infracionais.

O ECA impõe que o adolescente deve ser respeitado em sua totalidade, assegurando sua integridade física e psíquica, respeitar o seu estado de desenvolvimento como um ser humano. Desta forma, acreditamos que todos deveriam considerar estes princípios. A família, a escola, a sociedade e as políticas públicas deveriam buscar melhores condições e meios para que o adolescente infrator possa usufruir de seus direitos como indivíduos, pois estes devem ser resguardados e respeitados.

Os dados obtidos nesta pesquisa demonstram a frágil condição de uma situação vulnerável dos adolescentes pesquisados. Os fatores concorrentes para esta situação aqui entendida como vulnerabilidade social é decorrente de várias ordens sociais, como já apresentado anteriormente.

Considerados todos os pressupostos ora apresentado neste trabalho, não podemos negar que estes adolescentes autores de atos infracionais também acabam sendo vítimas. Não estamos aqui querendo omitir os erros desses adolescentes, mas apresentarmos que a existência de discriminação, exclusão social e a negação de seus direitos.

As políticas sociais deveriam preocupar-se mais em promover uma melhoria de vida aos indivíduos que se encontram vulneráveis; devem buscar atitudes reais para que ocorra de fato modificações no caótico cenário social atual. Quando falamos de caótico cenário, estamos falando da criminalidade social, de situações precárias e degradantes de habitação, da saúde, da educação, da cidadania. Uma renegação pela representação social e política diante dos direitos do cidadão. Estas renegações de direitos e exclusão social contribuem para que estes adolescentes sejam autores de atos infracionais e membros do mundo da criminalidade.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam e PINHEIRO, Leonardo Castro. **Violência e Vulnerabilidade Social**, 2003. Disponível em: < <file:///C:/Users/cce-info/Downloads/Viol%C3%Aancia%20e%20Vulnerabilidade%20Social.pdf>>. Acesso em: 22/08/2013.

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: Unesco, BID, 2002. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>>. Acesso em: 22/08/2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei 9.394/96. Brasília: Câmara, 2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei Federal nº 8.069/1990.

BRASIL. **Constituição República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico, 1998.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas**. Disponível em:< [http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_alap/PDF/alap2004\\_295.PDF](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_alap/PDF/alap2004_295.PDF)>. Acesso em: 15/10/2013.

CRUZ, Sônia Cristina Guerra Vasconcelos. **Menor: Infrator ou Vítima?**. Disponível em:< [http://apl.unisuam.edu.br/augustus/pdf/ed20/rev\\_augustus\\_ed\\_20\\_07.pdf](http://apl.unisuam.edu.br/augustus/pdf/ed20/rev_augustus_ed_20_07.pdf)>. Acesso em: 16/03/2013.

DIMENSTEIN, Gilberto. **A guerra dos meninos: Assassinatos de menores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FEIJÓ, M. C. e ASSIS, S. G. D. **O contexto de exclusão social e vulnerabilidade de jovens infratores e de suas famílias**. Estudos de Psicologia, 2004.

GIL, A C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Editora Vozes, 2003.

LORENZI, Gisella Werneck. **Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil**. Portal Pró Menino, 2007.

LOPES, Roseli Esquerdo. et al. **Juventude pobre, Violência e Cidadania**. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n3/08.pdf>>. Acesso em: 03/04/2013.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAFRA, Ariana Júlia. **O Plano Individual de Atendimento (PIA): desafios e possibilidades na elaboração de um novo projeto de vida junto aos adolescentes em conflito com a lei**. Disponível em:< <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/104201/TCC%20ARIANA%20J%C3%A9LIA%20MAFRA.pdf?sequence=1>> . Acesso em: 03/04/2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Fala Galera: Juventude violência e cidadania no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa – Características, Uso e Possibilidades**. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&sqi=2&ved=0CDYQFjAC&url=http%3A%2F%2Frevista.unioeste.br%2Findex.php%2Ftravessias%2Farticle%2Fdownload%2F3122%2F2459&ei=kPklU9nYOYjqkAeZuIDgCw&usg=AFQjCNEB5Qe7D8tf8nXTOzDnUkf1y3dWXw&bvm=bv.62922401,d.eW0>. Acesso em: 13/07/2013.

\_\_\_\_\_. **Portal Destaques, Notícias, Notícias/Últimas**, 2013. Disponível em: <http://ujs.org.br/index.php/noticias/vempraru-contra-a-matanca-de-jovens-no-brasil/>. Acesso em: 16/03/2013.

ROCHA, Rosemeri Terezinha Ferreira e CRUZ, Gilmar de Carvalho. **Da sala à cela: rotas marginais de adolescentes em situação de conflito com a lei**. . Disponível em:< <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT03-6283--Int.pdf>>. Acesso em: 27/07/2013.

SÁ, Celso Pereira. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SILVA, Ivani Ruela de Oliveira; SALLES, Leila Maria Ferreira. **O adolescente em Liberdade Assistida e a escola**. Disponível em:< <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT03-5539--Int.pdf>>. Acesso em: 08/08/2013.

SILVA, Algéria Varela. **Vulnerabilidade social e suas consequências: o contexto educacional da juventude na região metropolitana de Natal**. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo16.pdf>. Acesso em: 30/08/2013.

SILVA, Algéria Varela. **Vulnerabilidade social e suas consequências: o contexto educacional da juventude na região metropolitana de Natal**, 2007. Disponível em:< <http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo16.pdf>>. Acesso em: 30/08/2013.

TAKEUTI, Norma Missae. **No outro lado do espelho: a fratura e as pulsões juvenis**. Rio de Janeiro: Relume Dúmará; Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VOLPI, Mario (org.). **O adolescente e o ato infracional**. 8º Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

## APÊNDICE

Estudo realizado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**UNIVERSIDADE FERERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**ESTÁGIO SUPERVISIONADO V**  
**ÁREA DE APROFUNDAMENTO – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**TÓPICOS DO ESTUDO/ ENTREVISTA**

Nome:

Idade:

Local onde Reside:

Com quem mora:

Qual a renda familiar?

Casa alugada ou própria?

Você já sofreu alguma agressão física?

Sua família tem problemas com drogas ilícitas?

Você já usou drogas? Qual?

Quantas vezes você já foi apreendido?

Participa de alguma facção?

Tem inimigos?

Já usou algum tipo de arma (de fogo ou arma branca)?

O que é família pra você?

Como é seu relacionamento com sua família?

Como sua família agiu durante seu envolvimento com uso de drogas ou atos infracionais?

Você está satisfeito com o seu suporte familiar?

Qual tipo de família que você queria (rica, companheira, carinhosa, etc.)?

O que você entende por sociedade? O que acha dela?

O que nossa sociedade precisa mudar? Você acha que ela é justa?

Como você acha que a sociedade lhe enxerga? Por quê?

Você está satisfeito com suas ações? Por quê?

O que você tem de positivo em você? A sociedade enxerga?

Um aspecto negativo em você?

Qual seria a maior virtude (melhor coisa) que o ser humano deveria ter?

O que seria fazer o bem?

O que seria fazer o mal?

O que significa liberdade pra você?

O que é crime pra você?

O que é Justiça?

O que te deixa feliz?

O que te deixa triste?

O que te deixa irritado, com raiva?

Com quem você pode contar sempre?

Se você fosse liberado do CEA hoje o que faria?

Se você fosse juiz e tivesse de atribuir uma medida a você mesmo, qual você daria? Por quê?

Estuda:                      Escola:

Série:                        Turno:

Com que idade você foi alfabetizado?

Lê e escreve com facilidade?

Disciplina que se identifica?

Qual a disciplina que você apresenta dificuldade?

Você frequentou outras escolas antes (pública, particular, do campo, etc.)?

Você já reprovou algum a vez?                      Quantas vezes?

Qual foi o principal motivo desta reprovação?

Como é sua frequência nas aulas?

O que mais lhe motiva a ir á escola?

Comportamento com os professores e colegas?

Como é a participação dos seus pais na escola?

Escolaridade dos pais?

Uma lembrança agradável durante o período de escolarização?

Uma lembrança desagradável?

Ouve alguma professora que marcou sua trajetória escolar? Qual? Por quê?

O que você aprende na escola é útil na sua vida? Por quê?

Você já trabalhou? Em que?

Já teve oportunidade de participar de algum curso profissionalizante? Qual curso desejaria fazer?

Você pratica algum esporte? E nas horas de lazer o que costuma fazer?

Você tem amigos?

Qual tipo de música gosta de ouvir?

Você costuma ler e escrever? O quê?

Você tem acesso à internet?

Quanto ao aspecto religioso?

Profissão futura?

O que almeja para o futuro?

O que é educação pra você?

Você acha necessário ir à escola?

Você acha que a escola/educação precisa mudar? Em que? Por quê?

Você acha que em algum momento você foi rejeitado pela escola/pelos membros?

Uma escola ideal pra você?

Se você tivesse oportunidades de mudar a escola, a família e a sociedade o que você mudaria nelas?

O que um adolescente/jovem deveria ou dever fazer pra você?

O adolescente/jovem precisa de que pra ser feliz?